

## SUMÁRIO

<b>1. DO DIREITO DE RECORRER .....</b>	<b>49</b>
<b>2. DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS .....</b>	<b>53</b>
2.1. Recurso .....	53
2.2. Remessa Necessária .....	56
2.2.1. A dúvida da natureza jurídica da remessa: recurso? .....	58
2.2.2. A amplitude material da remessa necessária.....	61
2.2.3. A concomitância entre remessa necessária e o recurso .....	62
2.2.4. A dispensa de remessa necessária.....	64
2.2.4.1. O conteúdo quantitativo da decisão e a dispensa da remessa necessária.....	64
2.2.4.2. A decisão fundada em precedentes judiciais vinculantes e a dispensa de remessa necessária .....	65
2.2.5. A decisão parcial de mérito e a total simetria com a remessa neces- sária.....	68
2.2.6. A decisão concessiva da tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente e a remessa necessária .....	70
2.2.7. A ação monitória e remessa necessária.....	73
2.3. Competência Originária .....	74
2.4. Composição dos tribunais .....	76
<b>3. DOS ATOS JUDICIAIS .....</b>	<b>79</b>
3.1. Do ato judicial não suscetível a recurso.....	79
3.2. Dos atos judiciais suscetíveis a recurso .....	81
3.2.1. Sentença .....	82
3.2.2. Decisão interlocutória.....	83
3.2.3. Decisão monocrática.....	85
3.2.3.1. Espécies de decisão monocrática .....	89
3.2.4. Acórdão.....	91
<b>4. PRINCÍPIOS RECURSAIS.....</b>	<b>95</b>
4.1. Princípio do Duplo Grau de Jurisdição.....	96
4.2. Princípio Da colegialidade dos tribunais.....	99
4.3. Princípio da Taxatividade .....	102
4.4. Princípio da Singularidade e da Correspondência.....	103
4.5. Princípio da Dialécticidade .....	107
4.6. Princípio da Fungibilidade .....	110
4.7. Princípio da Voluntariedade.....	116
4.8. Princípio da Proibição da <i>Reformatio In Pejus</i> .....	118
4.9. Princípio da Consumação.....	121

4.10.	Princípio da Complementaridade .....	124
4.11.	Princípio da Adstrição ou Congruência Recursal .....	126
4.12.	Princípios do CPC/2015 e o impacto na esfera recursal.....	130
4.12.1.	Princípio da primazia ao julgamento de mérito .....	130
4.12.2.	Princípio da cooperação processual .....	135
4.12.3.	Efetividade do princípio do contraditório e a impossibilidade de decisões surpresas.....	139
4.12.4.	A fundamentação da decisão judicial como norma fundamental ..	143
4.12.5.	A cláusula geral de livre negociação como norma fundamental: o impacto do negócio jurídico-processual no âmbito recursal.....	148
4.12.6.	Princípio do devido processo legal eletrônico recursal .....	153
<b>5.</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS.....</b>	<b>161</b>
5.1.	Quanto ao âmbito ou alcance material .....	161
5.2.	Quanto ao momento da interposição recursal: entre recursos independentes e dependentes, inclusive recurso adesivo.....	164
5.3.	Quanto à fundamentação recursal.....	168
5.4.	Quanto ao objeto decisório – conteúdo decisório.....	170
5.5.	Quanto ao ator processual que recorre: entre os recursos das partes e dos demais interessados (recurso do terceiro prejudicado) .....	172
<b>6.</b>	<b>JUÍZO RECURSAL .....</b>	<b>177</b>
6.1.	Do juízo de admissibilidade recursal .....	178
6.2.	Requisitos Genéricos de Admissibilidade Recursal .....	181
6.2.1.	Requisitos intrínsecos/subjetivos.....	182
6.2.1.1.	Legitimidade .....	182
6.2.1.2.	Interesse de recorrer .....	187
6.2.1.3.	Inexistência de atos de disposição .....	191
6.2.2.	Extrínsecos/objetivos .....	195
6.2.2.1.	Cabimento e adequação .....	195
6.2.2.2.	Tempestividade .....	198
6.2.2.3.	Preparo.....	210
6.2.2.4.	Regularidade procedimental.....	222
6.3.	Consequências do Juízo de Admissibilidade .....	225
6.3.1.	Juízo positivo de admissibilidade .....	225
6.3.2.	Juízo negativo de admissibilidade .....	226
6.3.3.	A flexibilização (relativização) do cumprimento dos requisitos de admissibilidade.....	229
6.4.	Juízo de mérito recursal .....	231
6.4.1.	A impugnação recursal como a impugnação de um erro judiciário: a teoria geral do erro .....	233
6.4.1.1.	Error in procedendo: erro procedimental ou formal .....	234
6.4.1.2.	Error in judicando: o erro no conteúdo da decisão .....	236
6.4.2.	Pedido recursal e as respostas de mérito do órgão colegiado.....	237
<b>7.</b>	<b>EFEITOS RECURSAIS .....</b>	<b>239</b>
7.1.	Efeito obstativo.....	239
7.2.	Efeito Suspensivo .....	242

7.3.	Efeito Devolutivo .....	246
7.4.	Efeito Substitutivo .....	252
7.5.	Efeito Translativo .....	257
7.6.	Efeito Expansivo.....	263
7.7.	Efeito regressivo .....	267
7.8.	Efeito diferido.....	269
7.9.	Efeito Interruptivo .....	270
7.10.	Efeito Desobstrutivo.....	272
<b>8.</b>	<b>ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS .....</b>	<b>275</b>
8.1.	Protocolo, registro e distribuição.....	276
8.2.	Requerimentos não recursais no tribunal .....	278
8.2.1.	A produção de prova em Tribunal.....	278
8.2.2.	O requerimento de tutela provisória recursal para o Tribunal .....	280
8.3.	Do processamento perante o órgão fracionário.....	281
8.3.1.	Da ordem cronológica de julgamento perante o Tribunal .....	282
8.3.2.	A análise preliminar e as providências pelo relator: a possibilidade de sanabilidade recursal .....	284
8.3.3.	Do julgamento monocrático .....	285
8.4.	Remessa ao colegiado para julgamento .....	287
8.4.1.	Das diferentes espécies de sessões de julgamento .....	287
8.4.1.1.	A sessão de julgamento presencial síncrona: a regra para as sessões pela previsão legal .....	288
8.4.1.2.	A sessão de julgamento virtual ou híbrida síncrona: a opção pela virtualização das sessões de julgamento .....	289
8.4.1.3.	A sessão de julgamento virtual assíncrona: a construção do plenário virtual .....	290
8.4.2.	Da sessão de julgamento e a construção do julgamento colegiado..	296
8.4.3.	Da sustentação oral.....	300
8.4.4.	O pedido de vista .....	305
8.4.5.	A suscitação de fato superveniente ou fundamento apreciável de ofício.....	306
8.4.6.	A modificação do voto.....	310
8.5.	Do resultado do julgamento colegiado: a construção do acórdão .....	311
8.5.1.	A proclamação do resultado.....	312
8.5.2.	Lavratura, publicação do acórdão e a ementa.....	312
8.5.3.	Técnica de julgamento do art. 942 do CPC – técnica de julgamento não unânime.....	313
8.5.3.1.	A procedimentalidade do art. 942 do CPC.....	317
8.5.3.2.	O art. 942 do CPC e os embargos de declaração.....	321
8.5.3.3.	O art. 942 do CPC e o julgamento do agravo interno .....	322
8.5.3.4.	O art. 942 do CPC, o agravo de instrumento e a ação rescisória.....	323
8.5.3.5.	O art. 942 do CPC e o mandado de segurança.....	325
8.5.3.6.	O art. 942 do CPC e o agravo de instrumento na execução ou cumprimento de sentença: a possibilidade de mérito na execução.....	326

8.5.3.7.	As hipóteses em que a técnica do art. 942 do CPC não pode ser aplicada .....	327
8.5.3.8.	Espécies de dispersão de votos e a sua influência no art. 942 do CPC.....	328
8.6.	Os honorários advocatícios recursais.....	330
<b>9.</b>	<b>RECURSOS EM ESPÉCIE – APELAÇÃO.....</b>	<b>337</b>
9.1.	Amplitude da apelação .....	338
9.1.1.	Devolutividade da apelação .....	338
9.1.1.1.	A relação entre a apelação, o princípio da voluntariedade e a recorribilidade parcial: a concepção do tantum devolutum quantum appellatum diante da base do art. 1.013 do CPC .....	338
9.1.1.2.	As diversas concepções de impugnabilidade da apelação: o objeto da apelação .....	340
9.1.1.2.1.	As argumentações possíveis na apelação e as suas finalidades: entre <i>error in procedendo</i> e <i>error in judicando</i> .....	341
9.1.1.2.2.	A impugnação do <i>error in procedendo</i> e a sua concepção própria de impacto no processo: entre recorribilidade total e parcial via <i>error in procedendo</i> .....	343
9.1.1.2.3.	A impugnação da questão de fato como <i>error in judicando</i> .....	344
9.1.1.2.3.1.	A ampla possibilidade de reexame de prova.....	345
9.1.1.2.3.2.	A necessidade de definição de impacto nos capítulos do processo .....	345
9.1.1.2.3.3.	A consequência jurídica automática do provimento da questão de fato: efeito expansivo da apelação.....	346
9.1.1.2.4.	A possibilidade de recorrer do processo como um todo: o art. 1.013, § 1º do CPC .....	347
9.1.1.2.4.1.	A impugnação pelo apelante de questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas .....	347
9.1.1.2.4.2.	O efeito translativo das questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que não tenham sido solucionadas, não impugnadas pelas partes no tocante ao capítulo impugnado: a limitação às consequências do pedido realizado .....	348
9.1.1.2.4.3.	O efeito translativo na apelação em questões cognoscíveis de ofício pelo Tribunal mesmo que não tenham sido discutidas pelas partes: um complemento ao art. 1.013, § 1º do CPC .....	351
9.1.1.2.4.4.	O diálogo com o art. 933 do CPC se o Tribunal trazer questão nova a ser enfrentada.....	352

9.1.1.2.4.5.	A preclusão das questões cognoscíveis de ofício quando decididas em primeiro grau e não impugnadas pelo apelante: um impeditivo ao art. 1.013, § 1º do CPC.....	352
9.1.1.2.5.	A devolutividade dos fundamentos do contraditório da ação via apelação: o art. 1.013, § 2º do CPC.....	353
9.1.1.2.5.1.	A diferenciação entre pedido e fundamento .....	353
9.1.1.2.5.2.	A possibilidade do Tribunal em conhecer todos os fundamentos constantes no contraditório: o pedido ou a defesa tiver mais de um fundamento e o juiz acolher apenas um deles, a apelação devolverá ao Tribunal o conhecimento dos demais.....	354
9.1.1.2.5.3.	O diálogo com o art. 933 do CPC se o Tribunal trouxer fundamento novo .....	355
9.1.1.2.5.4.	A preclusão do fundamento decidido e não recorrido: uma análise a partir do art. 1.013, § 2º do CPC .....	356
9.1.1.2.6.	A impugnação de um capítulo antecedente e o impacto expansivo em um capítulo posterior: a complexa definição entre recurso parcial e total quando os capítulos da decisão são interligados .....	357
9.1.2.	A impugnação de decisões interlocutórias não agraváveis na apelação .....	358
9.1.2.1.	A apelação como recurso de possibilidade impugnativa de plúrimas decisões .....	360
9.1.2.2.	A recorribilidade das interlocutórias em error in judicando com consequência de error in procedendo: efeito expansivo da apelação .....	361
9.1.2.3.	O requisito da impugnação das decisões interlocutórias não agraváveis: formalidade ou subjetividade? .....	362
9.1.2.4.	O caráter de recurso das contrarrazões do vencedor .....	363
9.1.2.5.	Características das contrarrazões como apelação do vencedor.....	364
9.1.2.6.	O contraditório e a ordem de julgamento.....	366
9.1.3.	A impugnação da tutela provisória na apelação .....	367
9.1.4.	Possibilidade de suscitar questões de fato não realizadas no juízo anterior .....	369
9.1.5.	A impugnação das questões incidentais decididas na sentença via apelação: art. 1.009, § 3º do CPC.....	370
9.2.	Forma de interposição .....	372
9.3.	Efeito suspensivo automático da apelação.....	373
9.3.1.	A impossibilidade de o efeito suspensivo alcançar as decisões interlocutórias impugnadas na apelação.....	375
9.4.	Das exceções ao efeito suspensivo da apelação .....	376
9.4.1.	A possibilidade de pedido avulso de efeito suspensivo nas hipóteses excepcionais .....	377

9.5.	Ampliação da teoria da causa madura .....	378
9.5.1.	As matérias possíveis de utilização da teoria da causa madura .....	381
9.5.2.	A interligação da teoria da causa madura e o art. 938, § 3º do CPC .....	385
9.5.3.	A necessidade de contraditório para a aplicação da teoria da causa madura: o REsp 1.909.451 .....	386
9.5.4.	A necessidade de recurso sobre o capítulo a ser julgado ou sobre o processo como um todo para a utilização da teoria da causa madura .....	387
9.6.	Efeito regressivo da apelação .....	388
9.7.	Novo processamento da apelação .....	389
9.7.1.	A coisa julgada progressiva a partir da recorribilidade parcial da apelação .....	391
9.7.2.	A apelação adesiva .....	393
9.8.	Recursos que também impugnam a sentença .....	393
9.8.1.	Recurso inominado em juizado especial cível .....	393
9.8.2.	Recurso ordinário em decisão da Justiça Federal com ente estrangeiro <i>versus</i> Município ou cidadão domiciliado no Brasil .....	394
9.8.3.	Embargos infringentes de alçada e o recurso extraordinário .....	395
9.8.4.	Agravo de instrumento na Lei nº. 11.101/2005 .....	396
<b>10.</b>	<b>AGRAVO DE INSTRUMENTO.....</b>	<b>399</b>
10.1.	Conceito .....	399
10.1.1.	Novo conceito de decisão interlocutória .....	402
10.1.2.	As espécies de decisões interlocutórias na fase de conhecimento: agraváveis e não agraváveis .....	402
10.1.3.	As decisões interlocutórias, a sua recorribilidade e o sistema de preclusão .....	403
10.1.3.1.	As decisões agraváveis e a relação com a preclusão .....	404
10.1.3.2.	As hipóteses não passíveis de agravo de instrumento e a preclusão não imediata .....	405
10.2.	Modalidades de cabimento do agravo de instrumento .....	409
10.2.1.	Rol de hipóteses de cabimento no processo de conhecimento .....	409
10.2.1.1.	Tutelas provisórias .....	410
10.2.1.2.	Mérito do processo .....	413
10.2.1.3.	Rejeição da alegação de convenção de arbitragem .....	420
10.2.1.4.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	421
10.2.1.5.	Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação .....	425
10.2.1.6.	Exibição ou posse de documento ou coisa .....	428
10.2.1.7.	Exclusão de litisconsorte .....	429
10.2.1.8.	Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio .....	431
10.2.1.9.	Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros .....	432
10.2.1.10.	Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução .....	435
10.2.1.11.	Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º do CPC .....	438

10.2.2.	Hipóteses amplas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução, no processo de inventário, na falência e recuperação judicial e no microsistema de processo coletivo .....	441
10.2.3.	As hipóteses escondidas de agravo de instrumento: a decisão parcial sem mérito e a decisão de distinção em primeiro grau .....	445
	10.2.3.1. A decisão parcial sem mérito.....	445
	10.2.3.2. A decisão de distinção em primeiro grau.....	446
10.2.4.	A fase de conhecimento, o rol taxativo e as teses interpretativas .....	447
	10.2.4.1. O rol como taxativo restritivo.....	448
	10.2.4.2. O rol como exemplificativo .....	448
	10.2.4.3. O rol como taxativo com interpretação extensiva .....	449
	10.2.4.4. A adoção da teoria da taxatividade mitigada pelo STJ: o julgamento do Tema repetitivo 988 – REsp 1.696.396/REsp 1.704.520.....	453
	10.2.4.4.1. O impacto da taxatividade mitigada no sistema de preclusão das decisões interlocutórias.....	456
	10.2.4.4.2. A definição paulatina do STJ de várias hipóteses de agravo de instrumento fora do rol do art. 1.015 do CPC pela taxatividade mitigada .....	458
10.2.5.	O agravo de instrumento e a impossibilidade de arrastamento de hipóteses não agraváveis .....	460
10.2.6.	A desnecessidade de protesto antipreclusivo: a antinomia do art. 278 e o art. 1.009, § 1º, ambos do CPC.....	462
10.3.	Forma de interposição .....	466
10.3.1.	A desnecessidade de cópias obrigatórias quando os autos forem eletrônicos.....	469
10.3.2.	A conjunção do art. 218, § 4º e o art. 1.017, § 5º, ambos do CPC: a interposição do agravo de instrumento, em autos eletrônicos, independe da ciência da decisão .....	470
10.3.3.	O cabimento de um agravo de instrumento para a impugnação de duas ou mais decisões interlocutórias: REsp 1.628.773 .....	473
10.3.4.	A decisão interlocutória complexa e a sua recorribilidade: entre agravo de instrumento somente ou agravo de instrumento e apelação .....	474
10.3.5.	A decisão de saneamento e organização do processo, a possibilidade de matérias agraváveis e o problema do prazo: agravo de instrumento somente da decisão da revisão .....	476
10.4.	Processamento do agravo de instrumento .....	479
10.4.1.	Efeitos do agravo de instrumento .....	479
10.4.2.	Possibilidade da decisão monocrática pelo relator.....	482
10.4.3.	O pedido de antecipação da tutela recursal.....	483
10.4.4.	Julgamento não unânime em matéria de mérito .....	484
10.4.5.	Petição de informação do art. 1.018 do CPC .....	486
10.4.6.	Juízo de retratação ou efeito regressivo.....	487
10.4.7.	A existência de agravo de instrumento e apelação no Tribunal concomitantemente.....	488
10.4.8.	Agravo de instrumento e honorários advocatícios recursais.....	490

10.4.9.	Agravo de instrumento e a possibilidade de extinção do processo..	491
10.4.10.	Outros meios impugnativos de decisão interlocutória além do agravo de instrumento .....	492
<b>11.</b>	<b>AGRAVO INTERNO .....</b>	<b>495</b>
11.1.	Conceito .....	495
11.1.1.	Fim da divergência entre agravo interno e regimental .....	496
11.1.2.	O agravo interno como um recurso acessório .....	498
11.1.3.	A relação do agravo interno com o princípio da colegialidade .....	498
11.2.	Decisões impugnáveis pelo agravo interno .....	499
11.3.	Mérito do agravo interno .....	501
11.3.1.	A impugnação da decisão monocrática de inadmissibilidade do recurso, ação ou pedido anterior.....	503
11.3.2.	A impugnação da decisão monocrática interlocutória ou homologatória.....	504
11.3.3.	O equívoco do relator ao aplicar precedente: distinção ou <i>distinguishing</i> .....	505
11.3.4.	A aplicação aparentemente correta do precedente: a alegação de superação de precedente .....	506
11.4.	As inovações na tramitação do agravo interno .....	507
11.4.1.	Da positivação do contraditório no agravo interno .....	507
11.4.2.	Da possibilidade do juízo de retratação no agravo interno .....	508
11.4.3.	Da fundamentação do acórdão que julga o agravo interno .....	509
11.4.4.	Multa pela inadmissibilidade ou improvimento unânime .....	511
11.4.4.1.	A inaplicabilidade da multa em agravo interno com o intuito de esgotar as vias recursais: tema repetitivo 434 – STJ.....	514
11.4.4.2.	O tema repetitivo 1201 afetado pelo STJ: a discussão sobre a interposição de agravo interno impugnativo de precedente judicial, seu improvimento a aplicabilidade da multa do art. 1.021, § 4º do CPC.....	515
11.4.5.	A existência de decisões monocráticas irrecorríveis .....	516
11.4.6.	O agravo interno de distinção/superação da decisão do presidente de Tribunal: uma nova visão do agravo interno pela Lei nº. 13.256/2016 .....	517
11.4.7.	A sustentação oral no agravo interno.....	517
11.5.	Forma de interposição.....	519
11.6.	O processamento do agravo interno .....	519
<b>12.</b>	<b>EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....</b>	<b>521</b>
12.1.	Conceito .....	521
12.1.1.	Natureza jurídica dos embargos de declaração .....	523
12.2.	A finalidade dos embargos de declaração: o caráter integrativo e as suas hipóteses de cabimento .....	526
12.2.1.	Omissão.....	527
12.2.2.	Obscuridade e contradição.....	530
12.2.3.	Erro material.....	533
12.2.4.	A fundamentação vinculada dos embargos de declaração.....	534
12.3.	aspectos processuais dos embargos de declaração .....	535

12.3.1.	Objetos dos embargos de declaração: as decisões embargáveis.....	535
12.3.1.1.	A relação entre o objeto dos embargos de declaração e o princípio da singularidade .....	537
12.3.1.2.	A possibilidade de embargar despacho .....	538
12.3.1.3.	A possibilidade de embargos de declaração da decisão dos embargos de declaração.....	539
12.3.1.4.	A impossibilidade de embargos de declaração como pedido de reconsideração.....	541
12.3.2.	A forma da decisão após os embargos .....	541
12.3.3.	O interesse recursal nos embargos de declaração.....	542
12.4.	Forma de Interposição .....	543
12.5.	Efeitos dos embargos de declaração: obstativo, devolutivo, regressivo, interruptivo, substitutivo e a possibilidade do suspensivo .....	543
12.5.1.	Efeito obstativo.....	544
12.5.2.	Efeito devolutivo .....	544
12.5.3.	Efeito regressivo .....	546
12.5.4.	Efeito interruptivo .....	547
12.5.4.1.	Efeito interruptivo e o agravo do art. 1.042 do CPC: a jurisprudência do STJ – AgInt no AREsp 1009716/SP.....	550
12.5.4.2.	Efeito interruptivo nos embargos de declaração não conhecidos por falta de indicação do vício do art. 1.022 do CPC: a jurisprudência do STJ – AgInt nos EDcl no AREsp 2410475/SP.....	552
12.5.4.3.	Efeito interruptivo nos embargos de declaração desistidos pelo recorrente: a jurisprudência do STJ – REsp 1833120 .....	553
12.5.5.	Efeito suspensivo.....	555
12.5.6.	Efeito substitutivo e a sua relação com os embargos de declaração.	556
12.6.	Embargos de declaração com efeitos infringentes.....	557
12.6.1.	Da necessidade de contraditório quando possível a modificação....	562
12.6.2.	Da possibilidade do <i>reformatio in pejus</i> por causa dos efeitos infringentes.....	563
12.7.	Embargos de declaração protelatórios .....	564
12.8.	Embargos de declaração e o princípio da complementaridade .....	566
12.9.	Fungibilidade dos embargos de declaração e o agravo interno .....	569
12.10.	Embargos de declaração e o prequestionamento.....	572
12.11.	A fundamentação da resposta aos embargos de declaração.....	573
12.12.	Os embargos de declaração com o intuito de adequar a decisão embargada à jurisprudência superveniente.....	573
12.13.	Embargos de declaração nos juizados especiais.....	576
12.14.	O processamento dos embargos de declaração.....	577
<b>13.</b>	<b>RECURSO ORDINÁRIO.....</b>	<b>579</b>
13.1.	Conceito .....	579
13.2.	Objetos impugnáveis por recurso ordinário .....	581
13.2.1.	Acórdão do STJ.....	581
13.2.2.	Acórdão de TJ ou TRF .....	583

13.2.3.	Sentença de vara da Justiça Federal.....	584
13.3.	Interesse recursal no recurso ordinário .....	585
13.3.1.	Devolução da matéria de modo idêntico à apelação.....	587
13.3.1.1.	O efeito suspensivo no recurso ordinário .....	588
13.3.2.	Necessidade de uma decisão de mérito denegatória quando em cabimento contra acórdão?.....	589
13.3.3.	Necessidade de impugnação de decisão colegiada: impossibilidade de recurso ordinário de decisão monocrática.....	590
13.3.3.1.	Novo juízo de admissibilidade.....	591
13.3.3.2.	Formas de interposição.....	593
13.3.3.3.	O diálogo do recurso ordinário julgado no STJ e o cabimento do recurso extraordinário: cabe prequestionamento via embargos de declaração? .....	594
13.4.	Cabimento do agravo de instrumento em hipótese da Justiça Federal e as decisões interlocutórias não passíveis de agravo de instrumento .....	595
13.5.	A teoria da causa madura e o recurso ordinário.....	596
13.6.	a existência de repetitividade em matéria de mandado de segurança em tribunais de SEGUNDO GRAU: o cabimento do irDR em mandado de segurança e a sua recorribilidade – AgInt no REsp 2056198/PR.....	598
13.7.	O processamento do recurso ordinário .....	601
<b>14.</b>	<b>RECURSOS PARA OS TRIBUNAIS SUPERIORES.....</b>	<b>603</b>
14.1.	Excepcionalidade da jurisdição superior .....	603
14.1.1.	Finalidade de proteção às normas federais e constitucionais .....	605
14.1.2.	A linha tênue entre o juízo de admissibilidade e o juízo de mérito dos recursos excepcionais: especial e extraordinário .....	607
14.1.3.	A consequência material para a parte do julgamento do recurso como finalidade posterior .....	614
14.1.4.	Possibilidade recursal dependente da matéria do acórdão do Tribunal anterior .....	616
14.2.	Requisitos de admissibilidade dos recursos excepcionais .....	617
14.2.1.	Questões somente de direito .....	619
14.2.1.1.	Impossibilidade de rediscussão de provas.....	621
14.2.1.2.	A diferença da rediscussão de fato e da questão de direito na análise da valoração da prova.....	622
14.2.1.3.	Súmula nº. 7 do Superior Tribunal de Justiça – Súmula nº. 279 do Supremo Tribunal Federal.....	624
14.2.1.4.	Necessidade da especificação do permissivo legal contrariado: a inadmissibilidade do recurso excepcional por deficiência de fundamentação – Súmula nº. 284 do STF..	626
14.2.1.5.	O não cabimento por interpretação equivocada de direito local .....	629
14.2.1.6.	A impossibilidade de suscitar descumprimento de súmula como base do recurso excepcional: o modo acessório do descumprimento de súmula .....	630
14.2.1.7.	O não cabimento de recurso especial para questionar cláusula contratual e a Súmula nº. 5 do STJ.....	630
14.2.2.	Esgotamento das vias recursais internas do Tribunal recorrido.....	631

14.2.2.1.	A necessidade de interposição de todos os recursos possíveis na instância anterior: a Súmula nº. 281 do STF .....	632
14.2.2.2.	A supressão de instância na interposição sem o devido esgotamento das vias recursais internas do Tribunal .....	633
14.2.2.3.	A impossibilidade de recurso para Tribunal Superior contra decisão monocrática .....	635
14.2.2.4.	A exceção ao esgotamento das vias recursais: a dúvida sobre a interposição dos embargos de divergência e o recurso extraordinário .....	636
14.2.2.5.	A exceção ao esgotamento das vias recursais: o AgInt no agravo em REsp nº 1.156.112/SP .....	638
14.2.2.6.	O julgamento dos embargos de declaração da decisão monocrática pelo colegiado e a necessidade de julgamento do recurso principal pelo colegiado: o julgamento do AgInt no AREsp 1418179/PA .....	640
14.2.3.	Prequestionamento .....	641
14.2.3.1.	Formas de prequestionamento .....	642
14.2.3.1.1.	A interposição dos embargos de declaração para fins de prequestionamento.....	644
14.2.3.1.2.	Os embargos de declaração, a violação ao art. 1.022 do CPC como questão federal e o prequestionamento ficto: o julgamento do REsp 1639314 .....	645
14.2.3.2.	Espécies de prequestionamento .....	648
14.2.3.2.1.	Pquestionamento explícito.....	649
14.2.3.2.2.	Pquestionamento implícito .....	650
14.2.3.3.	Dicotomia entre os entendimentos do STJ e o STF e a possível aderência de entendimentos.....	652
14.2.3.3.1.	Súmula nº. 211 do STJ e o seu entendimento sobre prequestionamento.....	652
14.2.3.3.2.	Da Súmula nº. 356 do STF e o reconhecimento do prequestionamento ficto .....	656
14.2.3.3.3.	A instabilidade da aplicação da Súmula nº. 356 no STF e a aderência ao entendimento do STJ antes do CPC/2015.....	658
14.2.3.4.	O prequestionamento no CPC/2015.....	660
14.2.3.4.1.	A escolha pelo prequestionamento ficto.....	661
14.2.3.4.2.	Pontos processuais favoráveis ao prequestionamento ficto .....	662
14.2.3.4.3.	O aproveitamento processual do art. 1.029, § 3º do CPC e o prequestionamento .....	663
14.2.3.5.	A relativização do prequestionamento como requisito de admissibilidade quando presente a repercussão geral.....	665
14.2.3.6.	O prequestionamento mesmo quando ventilado somente no voto vencido .....	667
14.2.3.7.	O prequestionamento e a questão de ordem pública ou cognoscíveis de ofício .....	668
14.2.3.8.	A necessidade de ressignificação conceitual de causa decidida para compatibilidade com o art. 1.025 do CPC.....	669
14.3.	Fungibilidade entre os recursos: especial e extraordinário .....	670

14.3.1.	A necessidade da complementação na hipótese do recurso especial aceito como recurso extraordinário .....	677
14.3.2.	A complementação inversa: recurso extraordinário aceito como especial .....	678
14.3.3.	A necessidade de permissão de prazo para as contrarrazões recursais após a fungibilidade.....	679
14.3.4.	O problema da cumulação de pedidos na ação e no recurso excepcional: a fungibilidade diante dessa hipótese .....	680
14.3.5.	O impacto da Lei nº. 13.256/2016 na fungibilidade dos recursos excepcionais.....	681
14.3.6.	A interposição conjunta equivocada quando for violação à norma sobreposta ou ofensa reflexa: há prejuízo? .....	682
14.4.	Concomitância ou interposição conjunta entre os recursos excepcionais ....	683
14.4.1.	A concomitância ou interposição conjunta em acórdão com pluralidade de capítulos decisórios e ofensas diferentes em cada capítulo. ....	684
14.4.2.	A concomitância ou interposição conjunta em acórdão com pluralidade de fundamentos decisórios com ofensas diferentes no mesmo capítulo da decisão.....	685
14.4.3.	O processamento da concomitância ou interposição conjunta dos recursos excepcionais .....	687
14.4.4.	A diferença entre a concomitância ou interposição conjunta e a fungibilidade entre os recursos excepcionais .....	690
14.4.5.	A concomitância cruzada pelas partes em sucumbência recíproca: uma parte com recurso especial, outra parte com recurso extraordinário .....	692
14.5.	A flexibilização (relativização) da admissibilidade recursal.....	693
14.5.1.	A flexibilização (relativização) da admissibilidade e o juízo bipartido: o problema de simetria.....	698
14.5.2.	Há necessidade de contraditório prévio para a inadmissibilidade?	700
14.6.	Interposição dos recursos excepcionais em agravo de instrumento e a extinção da forma retida: a análise da súmula nº. 735 do STF .....	701
14.7.	O juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais .....	704
14.7.1.	O juízo de admissibilidade realizado pelo presidente ou vice-presidente do Tribunal recorrido .....	705
14.7.2.	O juízo de admissibilidade realizado pelo relator no Tribunal Superior .....	706
14.7.3.	As críticas ao texto original e a alteração via Lei nº. 13.256/2016 ...	707
14.7.4.	Outras atribuições do presidente ou vice-presidente do Tribunal recorrido no momento do juízo de admissibilidade.....	709
14.7.4.1.	As novas hipóteses de negativa de admissibilidade: recursos repetitivos e repercussão geral.....	710
14.7.4.2.	Remeter ao órgão fracionário recorrido para a realização de juízo de retratação pela discordância a recurso repetitivo ou repercussão geral.....	713
14.7.4.3.	Sobrestar os recursos excepcionais idênticos a recursos repetitivos ou repercussão geral não julgados .....	716
14.7.4.4.	Selecionar recursos representativos da controvérsia para a decisão de afetação regional .....	716

14.7.4.5.	Somente realizar o juízo de admissibilidade positivo em determinadas hipóteses .....	717
14.7.4.6.	A decisão de admissibilidade pelo presidente ou vice-presidente do Tribunal recorrido com diversos capítulos ou diversas fundamentações: a necessidade de sua fundamentação completa .....	717
14.7.5.	As súmulas impeditivas de recursos excepcionais: a inadmissibilidade via Súmulas dos Tribunais Superiores.....	720
14.7.5.1.	A tendência da transformação de súmulas obstativas de recursos em temas repetitivos obstativos de recursos .....	721
14.8.	Juízo de mérito dos recursos excepcionais .....	724
14.8.1.	Âmbito do julgamento de mérito dos recursos excepcionais .....	727
14.8.2.	Os recursos excepcionais e os capítulos de questões de direito.....	729
14.8.3.	Os recursos excepcionais e as questões de direito principais e acessórias .....	733
14.9.	A falta de efeito suspensivo dos recursos excepcionais e a forma de concessão em eventual pedido de efeito suspensivo.....	735
14.10.	Os recursos excepcionais adesivos: especial e extraordinário.....	737
14.11.	Forma de interposição dos recursos excepcionais.....	738
<b>15.</b>	<b>RECURSO ESPECIAL .....</b>	<b>741</b>
15.1.	Conceito .....	741
15.1.1.	Histórico de criação do recurso especial .....	741
15.2.	Hipóteses de cabimento .....	742
15.2.1.	Contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal .....	743
15.2.2.	Julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal .....	745
15.2.3.	Divergência de interpretação de direito federal.....	747
15.2.3.1.	Necessidade do cotejo analítico sobre o dissídio jurisprudencial: requisito de admissibilidade específico dessa hipótese de cabimento .....	750
15.2.3.2.	Possibilidade de a divergência ser de acórdão entre Tribunais de segundo grau.....	752
15.2.3.3.	A confusão entre as alíneas “a” e “c” do art. 105, III da CF .....	753
15.3.	A Emenda Constitucional nº. 125 e a instituição do requisito da relevância no recurso especial .....	754
15.3.1.	O conceito macro da relevância das questões federais no recurso especial .....	755
15.3.2.	O diálogo da relevância com os demais requisitos de admissibilidade do recurso especial .....	757
15.3.3.	A relevância como um instituto em construção: a necessidade e a importância da futura lei regulamentadora .....	757
15.3.1.1.	A relação e as suas possibilidades: entre filtro de admissibilidade individual ou formação de precedente judicial vinculante .....	759
15.3.1.1.1.	A relevância como possível filtro de admissibilidade individual .....	760

15.3.1.1.2.	A relevância como possível meio de formação de precedente judicial vinculante .....	762
15.3.4.	A competência da análise da relevância .....	765
15.3.5.	As hipóteses de relevância: entre as subjetivas do §2º e as objetivas do §3º, ambas inseridas no art. 105 da Constituição Federal .....	770
15.3.6.	A definição de hipóteses objetivas ou presumidas de relevância pelo 105, §3º da Constituição Federal .....	772
15.3.6.1.	Ações penais.....	774
15.3.6.2.	Ações de improbidade administrativa.....	775
15.3.6.3.	Ações cujo valor da causa ultrapasse 500 (quinhentos) salários mínimos.....	776
15.3.6.4.	Ações que possam gerar inelegibilidade.....	780
15.3.6.5.	Hipóteses em que o acórdão recorrido contrariar jurisprudência dominante do STJ .....	780
15.3.6.6.	Outras hipóteses previstas em lei .....	781
15.3.6.7.	A consequência de hipóteses objetivas: duas espécies de relevâncias, conceitos e ritos? .....	782
15.3.7.	A vigência da relevância: entre o imediatismo e a necessidade de lei específica.....	783
15.3.8.	A alegação em preliminar do recurso especial quando estiver vigente.....	786
15.3.9.	O complexo do recurso especial com diversas suscitações: entre a questão federal principal e as questões acessórias de um recurso especial com um capítulo e as questões federais principais em um recurso especial com mais de um capítulo .....	787
15.3.10.	O procedimento da relevância: a definição específica do instituto..	791
15.3.11.	O futuro da atuação do STJ: a função do próprio STJ pós relevância e a nova visão da questão federal.....	792
15.3.12.	O impacto na jurisdição do STJ e a transferência para os Tribunais estaduais ou regionais federais.....	793
15.3.13.	A análise do anteprojeto de lei encaminhado pelo STJ ao Congresso Nacional .....	795
15.3.13.1.	.... A escolha pela alteração legal mínima e a autonomia posterior do Regimento Interno do STJ.....	795
15.3.13.2.	A tentativa de igualar a relevância à repercussão geral: a proposição de um art. 1.035-A do CPC .....	796
15.3.13.3.	... A escolha pela relevância como meio de formação de precedente judicial vinculante em todos os aspectos .....	801
15.3.13.3.1	O regime de relevância no recurso especial: o futuro do recurso especial – entre julgamentos persuasivos e julgamento para formação de precedente judicial vinculante .....	806
15.3.13.3.2	O regime de relevância no recurso especial: o precedente judicial em regime de relevância e as hipóteses presumidas .....	810
15.3.13.3.3	O impacto no atual sistema de formação de precedentes judiciais vinculantes no STJ: a futura obsolência do rito repetitivo e do IAC pelo regime de relevância .....	811

15.3.13.4.	O regime de relevância no recurso especial: dúvidas que o anteprojeto não responde.....	813
15.3.13.5	O regime de relevância no recurso especial e a construção do STJ como Tribunal de teses .....	816
15.4.	Rito repetitivo nos recursos excepcionais .....	821
15.4.1.	A multiplicidade no direito brasileiro.....	824
15.4.1.1.	Os direitos individuais homogêneos no Brasil e a massificação das demandas em matéria idêntica pela ampliação ao acesso à justiça.....	825
15.4.1.2.	A existência de questões repetitivas: outra multiplicidade a ser resolvida.....	829
15.4.2.	O rito repetitivo como técnica de causa-piloto.....	831
15.4.3.	A impossibilidade da parte de requerer o rito repetitivo .....	831
15.4.4.	Decisão de afetação do rito repetitivo.....	832
15.4.4.1.	Requisitos para a prolação da decisão de afetação: a atribuição do rito repetitivo .....	834
15.4.4.1.1.	Multiplicidade de recursos extraordinários ou especiais .....	834
15.4.4.1.2.	Fundamento em idêntica questão de direito .....	835
15.4.4.1.3.	Admissibilidade positiva do recurso para a concessão do rito repetitivo.....	836
15.4.4.2.	A prolação da decisão de afetação do rito repetitivo.....	837
15.4.4.3.	Competências para a decisão de afetação e a atribuição do rito repetitivo .....	839
15.4.4.4.	Recursos representativos da controvérsia .....	843
15.4.4.4.1.	A escolha dos recursos representativos da controvérsia .....	843
15.4.4.5.	Efeitos e impactos da decisão de afetação .....	846
15.4.4.5.1.	A suspensão dos processos afetados: impacto regional e federal da decisão de afetação ....	847
15.4.4.5.2.	Prazo da suspensão dos processos afetados..	849
15.4.4.5.3.	A possibilidade de nova afetação por outro relator .....	851
15.4.4.5.4.	A suspensão de cada processo e o requerimento de distinção .....	852
15.4.4.5.5.	A possibilidade da desafetação.....	853
15.4.5.	Processamento do julgamento do recurso especial repetitivo.....	855
15.4.5.1.	A alteração da competência dos recursos representativos da controvérsia como resultado da decisão de afetação...	856
15.4.5.2.	A formação de um contraditório ampliado para a tramitação do recurso excepcional repetitivo .....	856
15.4.5.3.	Os legitimados para manifestação no rito repetitivo .....	857
15.4.5.3.1.	A manifestação de terceiros sobre a matéria repetitiva: o <i>amicus curiae</i> .....	857
15.4.5.3.2.	Participação da sociedade via audiências públicas.....	861
15.4.5.3.3.	Possibilidade de pedido de informações aos Tribunais inferiores .....	863

15.4.5.3.4.	A necessidade da manifestação do Ministério Público.....	863
15.4.5.4.	Julgamento da controvérsia do rito repetitivo .....	863
15.4.5.4.1.	Efeito cascata da decisão em recursos repetitivos nos processos afetados .....	865
15.4.5.4.2.	A formação de um precedente judicial repetitivo vinculante para os processos futuros .....	867
15.4.5.4.3.	A desistência dos recursos representativos da controvérsia .....	868
15.4.5.4.4.	A possibilidade de desistência da ação em primeiro grau, antes da prolação da sentença. ....	869
15.4.5.5.	O recurso cabível do julgamento do recurso especial repetitivo representante da controvérsia.....	870
15.4.5.6.	A possibilidade de revisão de tese do precedente repetitivo em recurso excepcional: o possível overruling da tese repetitiva .....	871
15.5.	O julgamento do recurso especial e a possibilidade de edição de súmula ....	872
15.5.1.	A formação ou revisão de Súmula do STJ .....	873
<b>16.</b>	<b>RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....</b>	<b>875</b>
16.1.	Conceito .....	875
16.2.	Histórico do recurso extraordinário.....	876
16.3.	Hipóteses de cabimento .....	878
16.3.1.	Contrariar a Constituição Federal.....	879
16.3.2.	Declarar inconstitucional tratado ou lei federal .....	880
16.3.3.	Julgar válida lei local ou ato de governo local em face da Constituição Federal .....	881
16.3.4.	Julgar válida lei local em face da lei federal.....	883
16.3.5.	O objeto impugnável pelo recurso extraordinário .....	885
16.4.	O requisito preliminar de admissibilidade do recurso extraordinário: repercussão geral.....	886
16.4.1.	A necessidade de demonstração da repercussão geral no recurso extraordinário.....	892
16.4.1.1.	Possibilidades objetivas da repercussão geral.....	893
16.4.1.1.1.	Contrarie súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.....	895
16.4.1.1.2.	Tenha reconhecido a inconstitucionalidade de tratado ou de lei federal, nos termos do art. 97 da Constituição Federal .....	895
16.4.1.1.3.	O recurso extraordinário que impugna a decisão do incidente de resolução de demandas repetitivas – IRDR .....	896
16.4.2.	A complexa compreensão da repercussão geral: entre somente requisito de admissibilidade ou incidente de formação de precedente judicial vinculante.....	896
16.4.2.1.	A repercussão geral como um mero requisito de admissibilidade do recurso extraordinário e o julgamento caso a caso .....	898
16.4.2.1.1.	Os filtros ocultos da repercussão geral .....	900

16.4.2.1.2.	A decisão de mérito do recurso extraordinário proferida por turma ou de maneira monocrática: uma repercussão geral anômala específica .....	902
16.4.2.1.3.	A decisão de ausência de repercussão geral somente para o caso em concreto: o art. 326, § 1º do Regimento Interno do STF .....	905
16.4.2.1.4.	A escolha pelo STF do que julgar – a utilização transversa da repercussão geral: entre julgar o irrelevante, sobrestar o relevante e julgar o não tão relevante .....	906
16.4.2.1.5.	O julgamento do recurso extraordinário: entre a turma e a afetação ao plenário .....	908
16.4.2.2.	O julgamento da repercussão geral pelo pleno e a formação de um tema de repercussão geral .....	910
16.4.2.2.1.	O julgamento da admissibilidade da repercussão geral: a transformação ou não em tema no STF .....	911
16.4.2.2.2.	A decisão positiva da repercussão geral: a formação do incidente de repercussão geral ou o REREG – recurso extraordinário em regime de repercussão geral .....	913
16.4.2.2.2.1.	Os efeitos da decisão da repercussão geral: decisão de afetação pelo relator .....	914
16.4.2.2.2.2.	Os efeitos da repercussão geral positiva: suspensão dos processos com matéria idêntica.....	916
16.4.2.2.2.3.	O contraditório ampliado na repercussão geral .....	917
16.4.2.2.2.3.1.	A possibilidade da manifestação de terceiros na repercussão geral: o <i>amicus curiae</i> .....	918
16.4.2.2.2.3.2.	Participação da sociedade via audiências públicas.....	920
16.4.2.2.2.3.3.	Possibilidade de pedido de informações aos Tribunais inferiores.....	921
16.4.2.2.2.3.4.	A necessidade da manifestação do Ministério Público .....	921
16.4.2.2.3.	A decisão sobre a matéria recursal .....	922
16.4.2.2.3.1.	A construção do efeito vinculativo da decisão de recurso extraordinário em regime de repercussão geral .....	923
16.4.2.2.3.2.	O efeito cascata da decisão de mérito do recurso extraordinário: a construção do efeito vinculativo sobre os recursos sobrestados no STF.....	924
16.4.2.2.3.3.	O efeito cascata da decisão de mérito do recurso extraordinário: o efeito vinculativo da decisão de mérito em regime de repercussão geral nos recursos em Tribunais anteriores.....	925

16.4.2.2.3.4.	O novo art. 1.030 do CPC e a vinculação como precedente: negativa de seguimento ou juízo de retratação.....	926
16.4.2.2.3.5.	O art. 1.042 do CPC e a impossibilidade de agravo em RE contrário ao entendimento firmado em repercussão geral.....	928
16.4.2.2.3.6.	O efeito sob a matéria para os recursos vindouros.....	929
16.4.2.2.3.7.	A desistência dos recursos representativos da controvérsia.....	931
16.4.2.2.3.8.	A possibilidade de desistência da ação em primeiro grau, antes da prolação da sentença.....	932
16.4.2.2.4.	O argumento de autoridade da decisão de mérito em repercussão geral.....	932
16.4.2.2.5.	A decisão negativa da repercussão geral.....	933
16.4.2.2.5.1.	A impossibilidade do agravo interno sobre a negativa da repercussão geral.....	935
16.4.2.2.5.2.	O efeito cascata aos recursos sobre a mesma matéria da repercussão geral negada	936
16.5.	O recurso extraordinário como forma do stf realizar o controle difuso de constitucionalidade.....	937
16.5.1.	O cuidado necessário de julgar conjuntamente, se for o caso, recurso extraordinário e a ação de controle de concentrado sobre a mesma matéria.....	939
16.6.	A jurisprudência consolidada e a possibilidade de formação de súmulas: entre persuasivas e vinculantes.....	940
<b>17.</b>	<b>AGRAVO CONTRA A DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO ESPECIAL OU EXTRAORDINÁRIO OU AGRAVO DO ART. 1.042 DO CPC .....</b>	<b>943</b>
17.1.	Conceito.....	943
17.2.	Objeto da impugnação do agravo.....	946
17.2.1.	O mérito do agravo em recurso especial ou extraordinário.....	947
17.3.	Forma de interposição do agravo em recurso especial ou extraordinário.....	950
17.4.	O efeito regressivo do agravo em recurso especial ou extraordinário.....	951
17.5.	O agravo na hipótese de interposição conjunta do recurso especial e recurso extraordinário.....	953
17.6.	Processamento do agravo em recurso especial ou extraordinário.....	954
17.7.	O não cabimento do agravo do art. 1.042 do CPC contra decisão que nega admissibilidade por enquadramento em repetitivo ou repercussão geral.....	955
17.8.	O agravo interno de distinção/superação: uma alteração na lei antes da vigência do CPC/2015.....	958
17.8.1.	A impugnação cabível da decisão do pleno sobre o agravo interno de distinção ou superação: a escolha pela reclamação pelo STJ – Rcl 37081/SP e o equívoco do STJ – Rcl 36476/SP.....	961
17.8.2.	O provimento do agravo interno e a remessa ao Tribunal Superior.....	968

17.9.	O recurso excepcional com múltiplos pedidos, o juízo de admissibilidade por capítulos e a relação com o agravo do art. 1.042 do CPC.....	970
17.9.1.	A inadmissão de todos os capítulos.....	972
17.9.2.	A admissibilidade de um capítulo e a inadmissibilidade de outro capítulo.....	975
17.9.3.	O sobrestamento de um capítulo e a admissibilidade ou inadmissibilidade por outro capítulo.....	976
17.9.4.	A inadmissibilidade por repetitivo ou repercussão geral em um capítulo e a admissibilidade ou inadmissibilidade por outro capítulo: a possibilidade de interposição concomitante entre agravo interno e agravo em recurso excepcional ou do art. 1.042.....	977
17.9.5.	A inadmissibilidade por repetitivo ou repercussão geral e a inadmissibilidade por vícios gerais e formais, ambos no mesmo capítulo: a necessidade de interposição concomitante entre agravo interno e agravo em recurso excepcional ou do art. 1.042.....	978
<b>18.</b>	<b>EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA (EM RE E RESP) .....</b>	<b>983</b>
18.1.	Conceito.....	983
18.2.	Finalidade e adequação .....	984
18.3.	Forma de interposição.....	986
18.3.1.	O acórdão paradigma como requisito de admissibilidade: necessidade de comprovação da divergência e da similitude fática .....	986
18.3.2.	Necessidade de impugnação de decisão colegiada: impossibilidade de embargos de divergência de decisão monocrática .....	992
18.4.	O intuito da uniformização de jurisprudência.....	994
18.5.	A amplitude dos embargos de divergência.....	997
18.5.1.	A divergência em direito material ou processual .....	1001
18.5.2.	A ampliação do cabimento para acórdão da mesma turma.....	1002
18.5.3.	A necessidade de fundamentação para negativa por distinção .....	1003
18.5.4.	O julgamento dos embargos de divergência .....	1005
18.5.4.1.	A pacificação da divergência em qualquer resultado de julgamento.....	1006
18.5.4.2.	A competência interna dos Tribunais Superiores para o julgamento dos embargos de divergência .....	1007
18.5.4.3.	A possibilidade de julgamento conjunto de embargos de divergência da mesma matéria .....	1009
18.5.4.4.	Há vinculatividade da decisão dos embargos de divergência? .....	1009
18.5.4.5.	Os embargos de divergência como um incidente de assunção de competência invertido? .....	1011
18.5.4.6.	Os embargos de divergência para pacificar divergência e os embargos de divergência para aplicar precedente já decidido em embargos de divergência.....	1012
18.6.	O efeito interruptivo dos embargos de divergência .....	1013
18.6.1.	O prosseguimento do recurso extraordinário já interposto após julgamento dos embargos de divergência .....	1015
18.6.2.	Há possibilidade de complementação do recurso extraordinário já interposto após julgamento dos embargos de divergência? .....	1016
18.7.	O processamento dos embargos de divergência .....	1019

<b>19. PRECEDENTE JUDICIAL .....</b>	<b>1021</b>
19.1. O precedente judicial e sua formação .....	1021
19.1.1. Os elementos formadores do precedente.....	1024
19.1.1.1. A ratio decidendi do precedente .....	1025
19.1.1.2. O obiter dictum do precedente .....	1028
19.1.1.3. Técnicas de identificação da ratio decidendi do precedente .....	1030
19.1.1.4. O elemento posterior do precedente: stare decisis.....	1032
19.1.2. As diferenças entre <i>common law</i> e <i>civil law</i> e os precedentes no direito brasileiro .....	1036
19.1.3. Precedente judicial como fonte do direito? .....	1038
19.1.4. Conteúdo dos precedentes: declarativos ou criativos .....	1039
19.1.5. Eficácia do precedente judicial.....	1040
19.1.6. Os princípios constitucionais e os precedentes judiciais.....	1043
19.1.7. O princípio da candura, o precedente e a decisão do STJ: AgInt nos EDcl no RMS 34.477/DF .....	1050
19.1.8. A escolha do sistema de precedentes judiciais vinculantes pela formação de uma tese jurídica vinculante.....	1052
19.2. O art. 926 do CPC e a sua importância no CPC/2015.....	1054
19.2.1. A uniformização, a estabilidade e segurança jurídica.....	1055
19.2.2. A coerência e integridade da jurisprudência .....	1057
19.2.3. O art. 926 do CPC como um conjunto de normas complementares .....	1059
19.2.4. O art. 927 do CPC e a sua força vinculante: um novo paradigma normativo.....	1059
19.2.4.1. O art. 927 do CPC representa um rol taxativo/exaustivo de vinculação? .....	1062
19.3. As espécies de precedentes judiciais no direito brasileiro .....	1063
19.3.1. A jurisprudência e sua forma persuasiva.....	1064
19.3.2. As súmulas – normais e vinculantes .....	1067
19.3.3. Os precedentes formados pelo pleno ou órgão especial do Tribunal e a sua força vinculante .....	1071
19.3.4. Os precedentes formados em casos repetitivos e a sua força vinculante.....	1071
19.3.5. Os precedentes formados em incidente de assunção de competência.....	1074
19.4. A importância da fundamentação analítica nas decisões de formação de precedentes vinculantes .....	1074
19.5. Técnicas de aplicação e de superação de precedentes .....	1077
19.5.1. <i>Distinguishing</i> .....	1078
19.5.2. Superação por <i>overruling</i> .....	1080
19.5.2.1. Anticipatory overruling.....	1082
19.5.2.2. Signaling .....	1084
19.5.2.3. Prospective overruling.....	1085
19.5.3. Superação por <i>overriding</i> .....	1087
19.5.4. A possibilidade de modulação de efeitos na superação do precedente.....	1088

19.6. A RECOMENDAÇÃO Nº 134/2022 DO CNJ E OS PRECEDENTES JUDICIAIS VINCULANTES .....	1090
19.7. A evolução do microsistema de formação de precedentes judiciais vinculantes: há a necessidade de vários institutos? .....	1103
<b>20. INCIDENTES RECURSAIS E PROCESSOS NOS TRIBUNAIS .....</b>	<b>1105</b>
20.1. Aspectos gerais dos processos nos tribunais: entre incidentes e processos ....	1105
20.2. Incidente de assunção de competência .....	1106
20.2.1. Conceito .....	1106
20.2.2. Requisitos para a instauração do incidente .....	1108
20.2.2.1. A ampliação das possibilidades de cabimento e incidência do incidente.....	1113
20.2.2.2. A formação de precedente judicial em questão jurídica relevante não repetitiva.....	1114
20.2.3. Legitimidade para a proposição do incidente.....	1115
20.2.4. Da suscitação e do juízo de admissibilidade do IAC.....	1116
20.2.5. Da decisão de afetação e a delimitação da questão de direito do IAC.....	1119
20.2.6. Alteração da competência para o julgamento da questão de direito incidente e do recurso .....	1121
20.2.7. A escolha do recurso ou processo representativo da controvérsia...	1123
20.2.8. A formação de um contraditório ampliado na tramitação do IAC..	1124
20.2.9. As manifestações dos interessados legitimados e o contraditório ampliado no IAC.....	1127
20.2.10. O julgamento da matéria do IAC e das questões principais .....	1130
20.2.11. As possibilidades recursais cabíveis do julgamento do IAC: interesse, questão recorrível, legitimidade e processamento.....	1131
20.2.12. Vinculação para os juízes de primeiro grau e os órgãos fracionários do Tribunal do conteúdo da decisão do IAC .....	1134
20.2.12.1. A possibilidade da utilização de reclamação .....	1136
20.2.12.2. Revisão da tese jurídica .....	1138
20.2.12.2.1. A tese firmada em Tribunal de segundo grau ou no STJ.....	1139
20.2.12.2.2. A tese firmada no STF.....	1140
20.2.12.2.3. A legitimidade para suscitação de revisão de tese .....	1141
20.2.12.3. A desistência do processo representativo da controvérsia escolhido para o IAC.....	1141
20.2.12.4. A possibilidade de fungibilidade com o IRDR ou recursos excepcionais repetitivos.....	1143
20.2.12.4.1. O ponto autorizante da fungibilidade: a possibilidade de suscitação oficiosa em ambos os institutos – IAC e IRDR .....	1145
20.2.12.4.2. A suscitação do IAC, a admissibilidade e a possibilidade de conversão em IRDR.....	1146
20.2.12.4.2.1. A fungibilidade pela turma quando da análise da admissibilidade preliminar do IAC.....	1147

	20.2.12.4.2.2. A fungibilidade pelo colegiado maior quando da análise da admissibilidade definitiva do IAC .....	1148
	20.2.12.4.3. A suscitação do IRDR, a admissibilidade e a possibilidade de conversão em IAC.....	1149
	20.2.12.4.4. A fungibilidade, o IAC e os recursos excepcionais repetitivos .....	1150
20.3.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade .....	1152
20.3.1.	Conceito .....	1152
20.3.1.1.	Controle de constitucionalidade difuso .....	1152
20.3.1.2.	A necessidade da inconstitucionalidade como prejudicial de mérito.....	1154
20.3.2.	Legitimidade para suscitação do incidente .....	1155
20.3.3.	Julgamento da admissibilidade do incidente pelo órgão fracionário .....	1156
20.3.4.	Existe uma decisão de afetação no incidente de arguição de inconstitucionalidade?.....	1157
20.3.4.1.	A possibilidade de suspensão das demandas idênticas quando admitido o incidente.....	1159
20.3.4.2.	O contraditório ampliado: amicus curiae, Ministério Público, legitimados do art. 103 da CF e pessoas jurídicas responsáveis pelos atos questionados .....	1159
20.3.5.	O processamento e o julgamento do incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	1161
20.3.5.1.	A devolução do incidente julgada para o órgão fracionário originário .....	1163
20.3.5.2.	A irrecorribilidade da decisão do incidente: Súmula nº. 513 do STF .....	1163
20.3.5.3.	A recorribilidade da decisão da questão de fundo decidida pelo órgão originário com impugnação da decisão do incidente.....	1163
20.3.6.	O efeito da decisão do incidente: formação de precedente para demandas com a mesma questão constitucional.....	1164
20.3.6.1.	A impossibilidade de revisão de tese naquele Tribunal ...	1165
20.3.6.2.	A superação por decisão do STF em controle de constitucionalidade difuso ou concentrado.....	1166
20.4.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	1167
20.4.1.	Conceito .....	1167
20.4.1.1.	Equívoco na nomenclatura: demandas ou questões repetitivas? .....	1169
20.4.1.2.	Técnica de julgamento por amostragem ou de tutela de direito coletivo? .....	1170
20.4.2.	Requisitos de cabimento para a instauração do incidente .....	1171
20.4.2.1.	Questão somente de direito .....	1172
20.4.2.2.	Multiplicidade efetiva de demandas com a mesma questão .....	1175
20.4.2.3.	Risco de ofensa à isonomia ou à segurança jurídica: decisões divergentes .....	1176
20.4.2.4.	É requisito para a instauração do IRDR que exista processo com a questão de direito pendente no Tribunal? .....	1177

20.4.2.5.	A impossibilidade de instauração quando a matéria está afetada por Tribunal Superior como requisito negativo do IRDR .....	1178
20.4.2.6.	A perda do objeto do IRDR já instaurado pela afetação superveniente de recurso repetitivo no STJ ou STF .....	1180
20.4.3.	A necessidade da conjunção de todos os requisitos de cabimento .	1181
20.4.4.	IRDR: causa-piloto ou procedimento modelo? .....	1181
20.4.5.	A legitimidade para a suscitação do IRDR.....	1184
20.4.6.	O processamento do IRDR.....	1186
20.4.6.1.	O pedido suscitante do IRDR.....	1186
20.4.6.2.	A possibilidade de nova suscitação do IRDR .....	1188
20.4.6.3.	A recepção, distribuição e o juízo de admissibilidade.....	1189
20.4.6.4.	O efeito no processo originário do protocolo do pedido do IRDR: necessidade de petição de informação e impossibilidade de julgamento .....	1191
20.4.6.5.	A decisão de afetação do IRDR .....	1193
20.4.6.5.1.	A avocação pelo colegiado competente do processo base para o julgamento do IRDR.	1194
20.4.6.5.2.	A suspensão dos processos com identidade material naquele Tribunal .....	1194
20.4.6.5.3.	A possibilidade de ampliação dos processos representativos da controvérsia .....	1196
20.4.6.5.4.	O processamento do IRDR com a definição do contraditório ampliado .....	1197
20.4.6.5.5.	A audiência pública no IRDR .....	1198
20.4.6.5.6.	Existe uma falta de representatividade de ausentes no IRDR? .....	1199
20.4.6.5.7.	A comunicação da suspensão aos órgãos julgadores e ao CNJ .....	1201
20.4.6.5.8.	A possibilidade de ampliação ou prorrogação da suspensão.....	1202
20.4.6.5.9.	A desistência e a inserção do Ministério Público .....	1204
20.4.6.5.10.	O prazo para o processamento do IRDR, a maturação analítica e a remessa para julgamento.....	1204
20.4.6.6.	Julgamento do IRDR.....	1205
20.4.6.6.1.	A sustentação oral no IRDR.....	1205
20.4.6.6.2.	O julgamento da questão de direito do IRDR .....	1206
20.4.6.6.3.	A cisão cognitiva do procedimento modelo. ....	1207
20.4.6.6.4.	O julgamento dos processos representativos da controvérsia pelo mesmo colegiado competente pelo IRDR .....	1208
20.4.6.6.5.	O julgamento dos processos afetados suspensos: em primeiro grau e no Tribunal.....	1209
20.4.6.6.6.	Aplicabilidade da decisão do IRDR: após a prolação da decisão ou após o trânsito em julgado da decisão? .....	1210

20.4.6.6.7.	A comunicação da decisão do IRDR ao órgão, ao ente ou à agência reguladora competente para fiscalização de questão relativa a prestação de serviço concedido, permitido ou autorizado .....	1211
20.4.6.6.8.	A publicidade da existência do IRDR e da decisão que fixa a tese .....	1211
20.4.6.7.	As possibilidades recursais cabíveis do julgamento do IRDR .....	1214
20.4.6.7.1.	Aplicabilidade da Súmula nº. 513 do STF e um modelo de recorribilidade idêntico ao existente no incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	1214
20.4.6.7.2.	A ressignificação de causa decidida pelo IRDR e sua recorribilidade excepcional.....	1220
20.4.6.7.3.	A conclusão pela recorribilidade excepcional da decisão que fixa a tese jurídica no IRDR .....	1221
20.4.6.7.4.	A legitimidade recursal excepcional da decisão que fixa a tese jurídica do IRDR .....	1223
20.4.6.7.5.	As peculiaridades dos recursos excepcionais sobre a decisão que fixa a tese jurídica no IRDR: efeito suspensivo automático e repercussão geral presumida .....	1223
20.4.6.7.6.	A recepção e tramitação do recurso excepcional sobre a decisão que fixa a tese jurídica como um recurso repetitivo .....	1227
20.4.6.7.7.	A existência de repetitividade em matéria de mandado de segurança em tribunais de segundo grau: o cabimento do IRDR em mandado de segurança e a sua recorribilidade – AgInt no REsp 2056198/PR .....	1230
20.4.7.	A formação de precedente para os processos futuros: a vinculação para os juízes de primeiro grau e dos órgãos fracionários do Tribunal pela decisão do incidente.....	1233
20.4.7.1.	A vinculação da decisão do Tribunal Superior sobre recurso impugnativo da tese jurídica fixada em IRDR .....	1234
20.4.7.2.	A necessidade de possibilitar o devido processo legal nos processos com possível aplicação do IRDR .....	1236
20.4.8.	Revisão da tese jurídica.....	1237
20.4.8.1.	A inércia argumentativa e o ônus argumentativo na revisão de tese.....	1239
20.4.8.2.	A modulação de efeitos da revisão de tese .....	1241
20.4.9.	O cabimento da reclamação .....	1243
20.4.10.	O alcance da decisão do art. 985 do CPC em todas as hipóteses de IRDR .....	1244
20.4.10.1.	O IRDR estadual sobre direito local e a formação de precedente judicial vinculante.....	1244
20.4.10.2.	O IRDR em Tribunal Superior e a formação de precedente judicial vinculante .....	1246

20.4.10.3.	O IRDR estadual ou regional sobre matéria federal/constitucional: a visão do instituto como repetitivo preparatório para os Tribunais Superiores.....	1246
20.4.10.4.	A vinculação da decisão do IRDR: entre o teor do art. 985 do CPC em duas hipóteses e o teor do art. 987, § 2º do CPC para uma hipótese .....	1248
20.4.11.	Inconstitucionalidade do IRDR? .....	1252
20.4.12.	O IRDR e a sua relação com os Juizados Especiais Cíveis.....	1254
20.4.13.	Cabimento em Tribunais Superiores? .....	1258
20.4.14.	<i>Collateral stoppel</i> : coisa julgada perante terceiros? .....	1260
20.4.15.	A prescrição da matéria afetada em IRDR em processos afetados ou de identidade fático-jurídica .....	1262
20.4.16.	A eficácia persuasiva do IRDR fixado por um Tribunal para irradiação em outro Tribunal.....	1263
20.4.17.	O IRDR suscitado em matéria federal em diferentes Tribunais concomitantemente: a possibilidade de cooperação entre os Tribunais .....	1265
20.5.	INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA .....	1266
20.5.1.	Conceito do IDC.....	1266
20.5.2.	O contexto de criação do IDC .....	1267
20.5.3.	Os direitos humanos como objeto do processo e a competência estadual .....	1269
20.5.3.1.	A questão da quebra do juízo natural e a possibilidade via IDC.....	1270
20.5.4.	Aspectos processuais do IDC.....	1272
20.5.4.1.	A competência do STJ para o IDC.....	1272
20.5.4.2.	Legitimidade para suscitação do IDC somente do Procurador-Geral da República e o procedimento preparatório na PGR.....	1272
20.5.4.3.	<i>Requisitos para a proposição do IDC e requisitos para o julgamento</i> .....	1275
20.5.4.4.	<i>O conceito de possível grave violação de direitos humanos</i> .....	1277
20.5.4.5.	<i>O caráter excepcional do IDC: a dualidade entre excepcionalidade e não restrição da medida de deslocamento</i> .....	1278
20.5.4.6.	<i>Do princípio da proporcionalidade e a cumulatividade dos requisitos</i> .....	1279
20.5.4.7.	<i>O cabimento somente em matéria penal?</i> .....	1280
20.5.5.	O procedimento do IDC.....	1282
20.6.	Conflito de competência .....	1284
20.6.1.	Conceito .....	1284
20.6.2.	Requisitos, pedido e legitimidade.....	1286
20.6.3.	A instrução processual do conflito de competência .....	1287
20.6.4.	O julgamento do conflito de competência .....	1288
20.6.5.	A competência para o julgamento do conflito de competência .....	1289
20.7.	Homologação de sentença estrangeira .....	1290
20.7.1.	Conceito .....	1290
20.7.2.	O objeto passível de homologação .....	1291
20.7.3.	Competência.....	1292
20.7.4.	Requisitos para a homologação de sentenças estrangeiras.....	1293
20.7.5.	Processamento da ação de homologação de sentenças estrangeiras .....	1294

20.7.5.1.	O julgamento do caráter exequatur da carta rogatória ....	1295
20.7.6	A competência para a execução da sentença homologada.....	1297
20.8.	<b>PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI – PUIL.</b>	1297
20.8.1	Conceito .....	1297
20.8.2.	Natureza jurídica do PUIL .....	1298
20.8.3.	As diferentes espécies de PUIL .....	1299
20.8.3.1.	A inaplicabilidade do PUIL ao STJ advindo de processos da Lei nº. 9.099/1995.....	1303
20.8.4.	Aspectos processuais do PUIL .....	1305
20.8.4.1.	Os requisitos para o PUIL ao STJ .....	1305
20.8.4.2.	A competência para o julgamento do PUIL de modo geral e no STJ .....	1306
20.8.4.3.	Jurisprudência dominante para o cabimento do PUIL da Lei nº. 10.259/2001.....	1307
20.8.5.	O processamento do PUIL no STJ .....	1308
20.8.5.1.	A decisão do PUIL no STJ e a sua eficácia vinculante.....	1310
20.8.5.2.	<i>O efeito do julgamento do PUIL no STJ nos processos sobre- tados</i> .....	1311
20.8.5.3.	A impossibilidade de interposição conjunta de PUIL e Recurso Extraordinário .....	1312
20.8.5.4.	Os requisitos de admissibilidade do PUIL em alinhamento aos dos recursos excepcionais .....	1313
20.8.5.5.	A construção da petição do PUIL e o cotejo analítico ....	1314
20.8.5.6.	Diálogo do PUIL sobre o sistema de Juizados Especiais – Federal ou Fazenda Pública – e a Reclamação baseada na Resolução STJ/GP nº 3/2016.....	1315
<b>21.</b>	<b>AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO .....</b>	<b>1317</b>
21.1.	Distinção entre as ações autônomas de impugnação de decisão e os recursos .....	1317
21.2.	Ação rescisória.....	1318
21.2.1.	Conceito .....	1318
21.2.2.	Natureza jurídica da ação rescisória.....	1320
21.2.3.	Objeto rescindendo: decisão interlocutória, sentença, decisão monocrática ou acórdão .....	1320
21.2.3.1.	Objeto rescindendo sem mérito: exceções de cabimento da ação rescisória.....	1323
21.2.3.2.	Amplitude da impugnação: ação rescisória total ou parcial .....	1326
21.2.3.2.1.	Os capítulos da decisão e a ação rescisória.	1326
21.2.3.2.2.	A decisão parcial de mérito e a ação rescisória .....	1328
21.2.3.2.3.	A ação rescisória de decisão prejudicial transitada em julgado .....	1329
21.2.3.2.4.	Ações rescisórias em uma mesma demanda sobre decisões de mérito diversas ou coisa julgada progressiva .....	1330
21.2.3.3.	Os atos homologados pelo juízo e a ação anulatória .....	1332
21.2.4.	Hipóteses de cabimento da ação rescisória .....	1334
21.2.4.1.	Crimes do juiz nos autos .....	1335

21.2.4.2.	Juiz impedido ou juízo absolutamente incompetente .....	1337
21.2.4.3.	Dolo processual ou colusão entre as partes .....	1341
21.2.4.4.	Ofensa à coisa julgada.....	1342
21.2.4.5.	Violação manifesta de norma jurídica.....	1348
21.2.4.6.	Decisão fundada em prova falsa.....	1352
21.2.4.7.	Prova nova.....	1355
21.2.4.8.	Erro de fato.....	1357
21.2.4.9.	As hipóteses escondidas da ação rescisória dentro do pró- prio CPC.....	1359
21.2.4.9.1.	<i>A coisa julgada inconstitucional</i> .....	1360
21.2.4.9.2.	A sentença de partilha e a possibilidade de outras hipóteses de ação rescisória.....	1362
21.2.5.	Pressupostos da ação rescisória .....	1363
21.2.5.1.	Objeto da ação rescisória: decisão.....	1364
21.2.5.2.	Coisa julgada e, em regra, material.....	1365
21.2.5.3.	A alegação de existência de vícios na decisão impugnada: hipóteses do art. 966 do CPC.....	1366
21.2.5.4.	Prazo para proposição .....	1367
21.2.6.	Legitimidade da ação rescisória.....	1372
21.2.6.1.	Legitimidade ativa da ação rescisória: a conjunção entre legitimidade e interesse processual .....	1372
21.2.6.2.	Legitimidade passiva da ação rescisória.....	1375
21.2.7.	Competência para o julgamento da ação rescisória.....	1376
21.2.8.	O processamento da ação rescisória.....	1378
21.2.8.1.	A petição inicial da ação rescisória .....	1378
21.2.8.2.	A emenda da petição inicial com base no art. 968, § 5º do CPC: a emenda pela competência equivocada.....	1381
21.2.8.3.	A possibilidade do pedido de tutela provisória.....	1383
21.2.8.4.	A possibilidade de improcedência liminar do pedido.....	1384
21.2.8.5.	A instrução processual.....	1385
21.2.9.	O julgamento da ação rescisória .....	1386
21.2.9.1.	O julgamento da ação rescisória e o art. 942 do CPC: técnica de julgamento não unânime .....	1390
21.2.10.	Os recursos cabíveis do julgamento da ação rescisória .....	1390
21.2.11.	A ação rescisória da ação rescisória .....	1392
21.3.	Ação declaratória de inexistência – <i>querela nullitatis insanibilis</i> .....	1392
21.3.1.	Conceito .....	1392
21.3.2.	Natureza jurídica da <i>querela nullitatis insanibilis</i> .....	1395
21.3.3.	Objeto da <i>querela nullitatis insanibilis</i> .....	1397
21.3.3.1.	Imprescritibilidade da <i>querela nullitatis insanibilis</i> .....	1398
21.3.4.	Legitimidade e competência .....	1399
21.3.5.	Hipóteses de cabimento da <i>querela nullitatis insanibilis</i> .....	1400
21.3.6.	Fungibilidade entre a <i>querela nullitatis insanibilis</i> e a ação rescisó- ria .....	1402
21.4.	Mandado de segurança contra decisão irrecorrível .....	1402
21.4.1.	Conceito .....	1402
21.4.2.	Admissibilidade e legitimidade.....	1404
21.4.3.	Competência.....	1406
21.4.4.	Hipóteses de cabimento .....	1406

21.4.5.	Processamento do mandado de segurança.....	1408
21.5.	Reclamação .....	1409
21.5.1.	Conceito da reclamação .....	1409
21.5.2.	Natureza jurídica da reclamação.....	1411
21.5.3.	Hipóteses de cabimento da reclamação .....	1412
21.5.3.1.	A usurpação de competência.....	1413
21.5.3.2.	A garantia de autoridade .....	1414
21.5.3.3.	A garantia de observância dos precedentes judiciais.....	1415
21.6.3.3.1.	A Lei nº. 13.256/2016 e o impacto na hipótese de não observância aos precedentes judiciais .....	1420
21.5.4.	Legitimidade da proposição da reclamação .....	1422
21.5.5.	Competência para a reclamação .....	1423
21.5.6.	Processamento da reclamação.....	1424
21.5.7.	Julgamento da reclamação.....	1426
21.6.7.1.	Qual é o cabimento de honorários advocatícios na reclamação? .....	1427
21.5.8.	As críticas e receios da ampliação do cabimento da reclamação.....	1428
21.5.9.	A reclamação pelas decisões não aplicadas pelas Turmas Recursais de juizados especiais: Resolução STJ/GP nº 3/2016.....	1430
21.5.10.	A reclamação como meio de revisão de tese de precedente vinculante: a decisão do agravo interno do pleno ou órgão especial e a reclamação .....	1431
21.5.11.	A reclamação coletiva.....	1433
21.6.	Outras formas de ações autônomas.....	1434
<b>22.</b>	<b>SUCEDÂNEOS RECURSAIS .....</b>	<b>1439</b>
22.1.	Conceito de sucedâneos recursais .....	1439
22.2.	Pedido de reconsideração .....	1439
22.2.1.	O pedido e a sua relação com preclusão .....	1441
22.3.	Correição parcial.....	1443
22.4.	O pedido de suspensão de segurança ou liminar .....	1446
22.4.1.	Suspensão de segurança ou liminar como sucedâneo recursal .....	1449
22.4.2.	Legitimidade e competência para o pedido de suspensão de segurança ou liminar.....	1450
22.4.3.	Hipóteses de cabimento da suspensão de segurança ou liminar.....	1453
22.4.4.	O processamento do pedido de suspensão de segurança ou liminar .....	1455
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>1459</b>